

# Nossa Constituição, num 'buraco negro'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Inicia-se hoje a fase definitiva dos trabalhos constituintes e ninguém, em ad consentânea, pode prever quando terminará. Começa a ser votado pelo plenário o projeto da Comissão de Sistematização, com 334 artigos, recheado de 421 emendas aceitas pelo relator e de perto de três mil pedidos de destaque. Cada emenda, para ser aprovada, precisará de 280 votos, que, se não forem conseguidos, levam ao extremo oposto: nesse caso, os artigos do projeto referentes ao mesmo tema também precisarão dos 280 votos. E se não tiverem?

Se não tiverem, abre-se o buraco negro, como temos registrado há semanas. O repitimento interno prevê dez dias para entendimentos, mas aquilo que não foi acertado em um ano ou mais de debates dispõe de muito pouca chance para ganhar solução em dez dias. Resultado: fica imprevisível a data de promulgação da nova Constituição.

O problema está em que se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte andarem a passo de tartaruga e se chegarmos a junho ou julho sem perspectivas para o seu final, outras forças atuam. São aquelas que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, cautelosamente, chama de imponderáveis. Todas as hipóteses estarão em aberto, a começar pela crise institucional, uma consequência natural da desmoralização. A sociedade civil relegará cada vez mais a Constituinte a uma posição secundária. Com ela talvez possa ocorrer fenômeno muito parecido com o que, durante décadas, ameaçou o Ministério da Agricultura; se ele fosse fechado, o povo só saberia meses depois. E por acaso.

Pode a Assembleia Nacional Constituinte ser fechada? Pode. E não se fala de Urutus, tanques e espingardas como agentes necessários do fechamento. Essa alternativa, felizmente, é a mais remota, hoje. O perigo, nem por isso menor, parece de outra forma. Arrastados os trabalhos, sem solução nem saída para os impasses, será fatal o descaiso e o descrédito da opinião pública. Só dela? Nem pensar. Das instituições nacionais, também, as públicas e as particulares. O passo seguinte ficará mais próximo: os próprios constituintes se desinteressarão das discussões e votações. Como as obras da igreja de Santa Engrácia, em Portugal, arrastar-se-ão por meses e anos os períodos cada vez menores dedicados à análise dos artigos, capítulos e títulos da nova Carta. Permanecerá a atual em vigência, também desmoralizada, passando a nação real a comportar-se como se a nação formal existisse. Até que... Até que algum aventureiro, ajudado ou não pelo processo eleitoral, tome conta do poder e de todo o dito por não dito. Fardado ou vestindo o macacão de operário, de bombachas ou de chapéu de cangaiceiro, tanto faz.

A sombra a pairar no horizonte é a da falência das elites políticas. Cada grupo ou pessoa, isoladamente, não terá culpa, e até se justificará dizendo ter apresentado soluções a tempo e hora certa. Mas o conjunto estará definitivamente rifado. A ele se aplicando as palavras de Sólon aos atenienses, quando voltou, dez anos depois de ter partido, deixando uma das legislações mais perfeitas que a Grécia conheceu: "É inacreditável. Cada um de vós em separado é inteligente. Como podéis, pois, ser tão imbecis quando reunidos?"

Se dependesse da direção do PMDB, ou dos históricos, dos liberais e do próprio MUP, de per si, não haveria impasse, como não haveria, também, se o PFL, o Centrão, o "Grupo dos 33" e até o PT tivessem podido aplicar suas soluções. Como não se entenderam, ninguém apli-

cou nada, e as perspectivas são as piores possíveis. Não se trata de sistrose nem de derrotismo, já que esse epíteto vem sendo previsto há um ano, ou mais, antes mesmo que se iniciassem os trabalhos constituintes. Começou tudo errado, não poderia dar certo no fim.

Primeiro, foi a convocação da Constituinte sem que tivesse havido ruptura ou exaustão das instituições vigentes. Como se tratava de um compromisso da resistência democrática, ainda que a passagem da Velha para a Nova República ocorresse por transição negociada e não pelo choque, admitiu-se a tese. Depois, seguiu-se a mais estranha das malandragens, fixando-se o prazo de dois anos entre a convocação e a reunião inicial, só para compatibilizar os mandatos dos deputados e senadores, temerosos de ter seus mandatos interrompidos e de perder investimentos eleitorais e de campanha. Em 1985, estabeleceu-se que os constituintes só começariam a trabalhar em 1987, situação inédita na história do Direito Constitucional. Mas ficou pior quando se viu que a Constituinte estava sendo convocada por dois poderes constituídos, o Executivo e o Legislativo, funcionando sob as normas anteriores e a elas aferrados. A Constituinte não detinha todo o poder, conforme a ortodoxia, ficando limitada pelas instituições em funcionamento. Mais grave ainda, e eis aqui outra malandragem, aconteceu quando o próprio Congresso exigiu funcionar paralelamente à Assembleia Nacional Constituinte, superposto em matéria de direitos e de prerrogativas, apesar de integrado pelas mesmas pessoas. Nem se fala dos senadores eleitos em 1982, sem quaisquer poderes constituintes, agregados ao conjunto porque dispunham de mandato até 1990.

A sucessão de equívocos não parou aí. Instalados os trabalhos, entenderam suas excelências contrariar outra vez usos e costumes constituintes. Não partiriam de um texto-base, por sinal mandado preparar pelo Executivo e por ele mesmo arquivado. Seria uma diminuição, entenderam deputados e senadores, atuar a partir de um roteiro que ordenasse sua atuação. Queriam começar do zero, do nada, como se fosse possível prescindir de experiências anteriores. Mas teve mais. As Constituintes, ordinariamente, atuam ao redor de uma grande comissão constitucional, composta de figuras mais experientes e afetas às questões constitucionais, proporcionalmente escolhidas de acordo com a força dos respectivos partidos. Os outros propõem, discursam, discutem e votam, mas são os integrantes da grande comissão que trabalham. Não quiseram. Sob a alegação de um falso princípio de igualdade, criaram 34 subcomissões, oito comissões temáticas e uma débil Comissão de Sistematização onde todos, teoricamente, deveriam ser iguais.

Deu no que deu, de fevereiro do ano passado até hoje. Entreveros, confrontos e radicalismos produziram textos execráveis, desde o falecido "Frankstein" ao projeto atual, liberado pela Comissão de Sistematização. Não houve, na massa, a menor preocupação de fixar apenas princípios gerais, básicos e fundamentais. O que deveria ser normativo tornou-se prolixo, confuso, contraditório e fantasioso. Cada parlamentar entendeu como obrigatório deixar a sua marca, e o projeto que agora começa a ser votado, apesar de muitos melhoramentos, mais parece uma enciclopédia. Uma coleção de leis constitucionais, complementares, ordinárias, de decretos, portarias e até avisos do serviço público. Por isso, mais que tudo, o entendimento não veio. Como dificilmente virá, justificando-se os maus presságios acima referidos.

C.C.